

O ENSINO DA ESCRITA ALFABÉTICA NAS PRÁTICAS DE PROFESSORAS ALFABETIZADORAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA ALFA E BETO

Estephane Priscilla dos Santos Mendes¹
Nayanne Nayara Torres da Silva²
Alexsandro da Silva³

Introdução

O presente trabalho analisa as práticas de ensino do sistema de escrita alfabética desenvolvidas por docentes no cotidiano da sala de aula, no âmbito do Programa Alfa e Beto de Alfabetização. Considerando esse objetivo, discutiremos sobre os métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita e as mudanças ocorridas no campo da alfabetização, tendo em vista nosso interesse em compreender as perspectivas que sustentam os materiais do referido Programa, assim como as práticas desenvolvidas pelos professores a partir desses materiais.

Na história da alfabetização, percebemos que, no Brasil, assim como em outros países, instaurou-se uma acirrada disputa entre métodos de alfabetização, que se expressou, principalmente, no embate entre os chamados “métodos sintéticos” e os “métodos analíticos”. Os sintéticos (soletração, silabação e método fônico) partiam das unidades menores da língua (letra, sílaba ou fonema), enquanto os analíticos (palavração, sentencição e método de contos) iniciavam o processo de alfabetização a partir da análise das unidades maiores (palavra, frase ou texto) (CARVALHO, 2008). Embora tivessem pontos de partida diferentes, esses dois grupos de métodos não se diferenciavam quanto à maneira de perceber a alfabetização, que era vista como o ensino de um código a ser memorizado pelos alunos.

A partir, principalmente, da década de 80 do século XX, os métodos tradicionais de ensino da leitura e da escrita e as cartilhas que os concretizavam foram objeto de inúmeras críticas, em decorrência, sobretudo, de mudanças conceituais no campo da alfabetização. Tais mudanças, impulsionadas, especialmente, pela teoria da psicogênese da escrita, desenvolvida por Emilia Ferreiro e colaboradores (cf. FERREIRO; TEBEROSKY, 1999), deslocaram o eixo da discussão do “como se ensina” para o “como se aprende”. Os estudos sobre letramento, entendido como o desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais diversas (SOARES, 1998), também começaram, sobretudo a partir da década de 90 do século passado, a se difundir no Brasil.

Apesar das indiscutíveis contribuições aportadas por essas perspectivas teóricas para o campo da alfabetização, é preciso reconhecer que as apropriações delas nos meios acadêmicos e educacionais parecem ter contribuído para o que Soares (2004) nomeou de “desinvenção da alfabetização”, que corresponde a um processo de perda de especificidade da aprendizagem inicial da leitura e da escrita. Nessa perspectiva, a alfabetização passou a ser vista como um processo espontâneo, que ocorreria por meio do contato com textos e dispensaria um ensino sistemático das propriedades e convenções da escrita alfabética.

Como uma reação à “desinvenção da alfabetização”, surgiram, no limiar do século XXI, no Brasil e em outros países, propostas de retorno aos métodos tradicionais de alfabetização, especialmente do método fônico, um método sintético de alfabetização no qual cada grafema é

¹ Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. *E-mail:* estephane92@hotmail.com.

² Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. *E-mail:* nayannetorres@yahoo.com.br.

³ Universidade Federal de Pernambuco – Centro Acadêmico do Agreste, Caruaru, Pernambuco, Brasil. *E-mail:* alexs-silva@uol.com.br.

aprendido como um fonema, que, junto a outro fonema, pode formar sílabas e palavras (FRADE, 2007). Esse retorno aparece, muitas vezes, vinculado a interesses mercadológicos (venda de livros, programas de alfabetização, etc.), associados à promessa de reverter o problema do baixo desempenho dos alunos em leitura e escrita.

Nesse contexto, o alfabetizador, independentemente do método ou Programa, reelabora, recria e reinventa as prescrições no seu trabalho cotidiano, a partir de suas experiências anteriores e do contexto imediato de ação. Assim, entendemos que os professores podem, diante das “estratégias” – “cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado” – (re)construir suas práticas de ensino por meio de “táticas” – “[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”. (CERTEAU, 2012, p. 99 e 100)

Diante desse quadro, desenvolvemos um estudo que visou a analisar as práticas de ensino do sistema de escrita desenvolvidas por duas professoras do 1º ano do ensino fundamental da rede municipal de ensino de Caruaru – PE, que adotou o Programa Alfa e Beto foi nos anos de 2011 e 2012 na educação infantil e nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. Em relação à formação e o tempo de experiência das professoras participantes da pesquisa, ambas possuíam magistério e formação em nível superior: a professora A com graduação em Pedagogia e a professora B com graduação em Letras. Além disso, a docente A também cursava, na época da pesquisa, pós-graduação lato sensu (especialização) na área de Educação. Com relação à experiência, a professora B, com mais de 20 anos de docência, era muito mais experiente que a professora A, que tinha apenas 5 anos de trabalho.

Para atender ao objetivo da pesquisa, realizamos observações de aulas e entrevistas semiestruturadas com as duas professoras participantes da pesquisa. A análise dos dados foi desenvolvida por meio da análise de conteúdo do tipo temática categorial (BARDIN, 1977).

Contextualizando o Programa Alfa e Beto

O Programa Alfa e Beto de Alfabetização pertence ao Instituto Alfa e Beto (IAB), uma organização não governamental que oferece produtos e serviços voltados para educação infantil, alfabetização e anos iniciais do ensino fundamental. Utiliza o método fônico de alfabetização, que compreende a escrita como um código a ser memorizado pelos aprendizes, e é constituído por materiais tanto para uso individual do aluno, quanto para o uso coletivo em sala de aula. São também disponibilizados materiais para os professores, para as escolas e para as secretarias de educação.

O Programa é constituído por materiais como o livro didático “Aprender a Ler”, o caderno “Grafismo e Caligrafia: letra cursiva”, os “Minilivros”, o “Livro Gigante”, cartazes, fantoches dos personagens do Programa (Alfa e Beto), cartelas de letras e testes diagnósticos. O livro didático “Aprender a Ler”, considerado o carro-chefe do Programa, é composto por 20 (vinte) lições e cada uma delas aborda um fonema. As lições são divididas em blocos de atividades: “Leitura”, “Brincando com sons e letras”; “Hora de ler”; “Correto?”; “É assim que se escreve”; “Redação”; “Já sei ler”.

Conforme o “Manual de Orientação” do Programa, o planejamento das aulas deve ser feito em função de cada lição do livro, que deve ser estudada ao longo de duas semanas, aproximadamente (oito a dez dias letivos). Nesse período, o professor deve realizar todas as atividades previstas no livro, assim como as demais atividades que constituem o Programa (cf. OLIVEIRA, 2011).

A partir da observação das orientações e das atividades voltadas à apropriação do sistema de escrita alfabética nos materiais do Programa Alfa e Beto, constatamos que a concepção de alfabetização adotada pelo Programa está ancorada na perspectiva de escrita como um código de transcrição de unidades sonoras. Também observamos que as atividades apresentadas no livro didático do referido Programa priorizavam, na maior parte das vezes, o trabalho com fonemas, que eram explorados por meio, principalmente, da memorização e da repetição.

Análise das práticas de ensino de leitura e escrita das professoras no âmbito do Programa Alfa e Beto

Professora A

As práticas desenvolvidas por essa docente evidenciaram que o uso dos materiais do Programa Alfa e Beto era associado a outros materiais didáticos. Além disso, a professora realizava algumas modificações ao usar o livro “Aprender a Ler”, tendo em vista que se tratavam de livros reutilizados⁴ em que algumas atividades não serviam para serem respondidas. No caso dos Minilivros⁵, que, seguindo as orientações do Programa, deveriam ser individuais⁶, eram utilizados como suporte para treino/tomada individual de leitura, na mesa da docente. Apesar disso, a professora não se distanciava totalmente da proposta do Programa, uma vez que, ao trabalhar com o livro didático e ler as palavras de cada lição, sempre enfatizava o fonema que estava sendo trabalhado.

Existiam ainda outros tipos de atividades que a professora realizava com diferentes materiais e que não faziam parte do Programa, como, por exemplo, o trabalho com os diferentes gêneros textuais, o qual era desenvolvido mensalmente. Desse modo, foi possível observar nas práticas dessa docente e, inclusive, da própria escola em que atuava, tentativas de intercalar as práticas de alfabetização e letramento, ao permitir que as crianças explorassem textos de uso social que diferiam da maioria dos textos apresentados nos materiais do Programa Alfa e Beto, os quais se aproximavam dos textos presentes nas antigas cartilhas, com repertório de palavras e léxico controlado. Como destaca Moraes (2012), as cartilhas fônicas ocupam os alunos com pseudotextos, extremamente limitados e pouco reflexivos, que não pertencem aos gêneros textuais de uso social.

Identificamos também, conforme dissemos anteriormente, que a docente fazia uso de outros materiais didáticos, entre eles o livro Porta Aberta, de Isabella Carpanede e Angiolina Bragança⁷, além de atividades que, segundo a docente, tinham sido retiradas da internet. As atividades adicionais que a docente utilizava pareciam se aproximar do método silábico de alfabetização, conforme dissemos anteriormente, pois envolviam um trabalho que recorria, por vezes, a famílias silábicas.

⁴ As observações na sala de aula dessa professora foram realizadas no segundo ano de implantação do Programa, quando os materiais didáticos estavam sendo reutilizados.

⁵ Os minilivros são um material do Programa Alfa e Beto de Alfabetização e consistem em uma coletânea de pequenos livrinhos que chegam em um único bloco: a cada lição a professora destaca o livro referente ao fonema trabalhado, grampeia e entrega um a cada criança para que leia sozinha o material, que, assim como os outros materiais da Programa, tem o repertório de palavras controlado, a partir dos fonemas que já foram ensinados.

⁶ Como no ano de geração dos dados não chegaram minilivros novos, a professora também estava reutilizando aqueles que ficaram na escola e, portanto, não havia quantidade suficiente para que cada criança tivesse o seu.

⁷ Segundo o Guia de Livros Didáticos do PNLD 2013, a proposta de ensino do sistema de escrita alfabética desse livro privilegia modelos de atividades de ordenamento e complemento de sílabas e letras em palavras (BRASIL, 2012, p. 122).

Professora B

Assim como a professora A, a docente B também não se guiava única e exclusivamente pelo livro didático “Aprender a Ler”, na medida em que realizava outras atividades que não estavam presentes nesse recurso. Com isso, a professora B não atendia às orientações do Programa, que estipulavam o uso exclusivo de seus materiais e não admitiam adaptações ou recriações das atividades presentes no livro. Esse não atendimento às orientações do Programa também se materializava quando a docente propunha, em algumas situações, atividades mais próximas dos métodos silábico e da soletração.

A aproximação a esses métodos era notória nas atividades de correspondência entre figuras e fonemas, uma vez que os exercícios do livro solicitavam que os alunos identificassem as imagens e realizassem a marcação (circulando, marcando um X) daquelas cujos nomes apresentavam os fonemas que estavam sendo estudados (fonemas /k/ e /d/). Embora a ênfase fosse sobre o fonema, o que ficou notório foi a opção da docente pela exploração de grafemas e famílias silábicas, distanciando-se, assim, de um trabalho pautado no isolamento e identificação dos fonemas, conforme propunha a atividade do livro “Aprender a Ler”.

Contudo, embora se desvinculasse de orientações do Programa, percebemos que essa docente também procurava seguir as suas prescrições, tendo em vista que a leitura dos Minilivros era uma atividade constante em suas aulas. A fim de propiciar a aquisição da técnica do “ler”, os aprendizes eram submetidos à leitura de Minilivros do Programa. A professora dedicava momentos da aula para que os alunos exercitassem a leitura com base nesses Minilivros, como também para identificar o nível dos discentes em relação a essa competência. Ao desenvolver essa prática, a docente seguia o que o Programa orientava, uma vez que a “leitura” desses “textos” ajudaria, segundo o Programa, na consolidação do “sujeito leitor”.

Considerações finais

A partir da análise das práticas de ensino de leitura e escrita das duas professoras, percebemos que, ao desenvolverem as atividades propostas no livro didático do Programa, as docentes buscavam, de modo geral, organizar suas práticas de acordo com as orientações desse material. Contudo, instituíam “táticas de consumo” (CERTEAU, 2012), distanciando-se da proposta do método fônico e apoiando-se, principalmente, na exploração de letras e sílabas. Sendo assim, as professoras (re)inventavam, em seu cotidiano, outras maneiras de fazer, como acrescentar outras propostas e materiais, alguns deles mais próximos do método silábico e outros relacionados à perspectiva do letramento, como no caso de uma das professoras investigadas.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. 19. ed. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2012.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução LICHTENSTEIN, D. M.; DI MARCO, L.; CORSO, M. Porto alegre: Artmed, 1999.

FRADE, I. C. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 21-40, jan./jun. 2007.

MORAIS, A. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

OLIVEIRA, J. B. A. **Manual de orientação do Programa Alfa e Beto**. 10. ed. Brasília: Instituto Alfa e Beto, 2011.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOARES, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan./abr. 2004.